



**Nº 6**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA,  
EFECTUADA EM 29 DE DEZEMBRO DE  
2000**

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil reuniu, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Évora, coma seguinte **ORDEM DO DIA** :

- 1. Informação do Presidente da C.M.É.**
- 2. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco**
- 3. Eleição de um representante legal da A. M. para o Conselho Geral do Hospital do Espírito Santo**
- 4. Plano de Actividades e Orçamento para 2001**
- 5. Tabela de Taxas, Tarifas e Licenciamentos para 2001**
- 6. Variante à Estrada Nacional 18 / Ramo Norte – Resolução de Requerer a Declaração de Utilidade Pública bem como o carácter de urgência de expropriação**
- 7. Cemitério da Freguesia de Nª Sra. da Graça do Divor – Aquisição de terrenos para expansão, caminho de acesso e estacionamento através de processo de expropriação por Utilidade Pública**
- 8. Aquisição de prédio sito na Rua Diogo Cão, 19 e 21 em Évora, para instalação de Serviços Municipais**
- 9. Concurso Público para venda de Terrenos Municipais e para Construção de Instalações de Serviços do Município**
- 10. Processo de acção especial de recuperação da empresa UNESUL – Aquisição de lote e edifício sede**



**11. Provalor – Consultadoria em Gestão e Formação, Lda – Pedido de lote para expansão**

**12. Lote nº 2 Rua E – Zona Industrial Horta das Figueiras – Intenção de compra de José Carlos S. Simões e Lúcia M. V. de Freitas Simões**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

**Presidente** – José Ferreira Nunes Bizarro

**1º Secretário** - Diamantino José Dias

**2º Secretário** – António Joaquim G. R. Serrenho

Feita a chamada, constataram-se mais as seguintes presenças: Francisco Pândega, Lino de Carvalho, José Cardoso, Maria do Céu Ramos, António Serrano, Jorge Lourido, Acácio Alferes, José Russo, Manuel Patrício, Celino Silva, Carlos Percheiro, Silvino Alinho, Maria Helena Silva, José Figueira, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Adriana Apolónio (em substituição da Sra. D. Maria do Céu Costa), Bernardino Grilo, José Serra, Francisco Rato, António Foito, Estevão Bicho, Isidro Lobo, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, Joaquim Trolhas, Manuel Rico, Maria Gabriela Silva e Manuel Henrique (no lugar do Sr. João Rodrigues).

Quando se mencionou o nome do Sr. António Serrano, o Sr. Presidente interrompeu a chamada para dar conhecimento que o dito eleito veio substituir o Sr. José António Gazimba Simão, que pediu a suspensão de mandato (até 17.05.2001).

Faltaram os(as) Senhores(as): Ricardo Rita, Margarida Projecto Félix, Nuno Monteiro, Carlos Cunha, Jerónimo Mendes, Francisco Estevão e Miguel Chumbo.

No momento em que se citou o nome da Sra. D. Margarida Projecto Félix, o Sr. Presidente chamou a atenção para o facto de esta autarca ter solicitado o prolongamento da suspensão do mandato até 31.03.2001, indo, por força da lei, ser substituída nas reuniões deste Órgão até à referida data.



A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelos Vereadores Jorge Pinto e Almeida Henriques.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente passou a descrever todo o expediente que deu entrada no Secretariado da A. M. desde a última reunião ordinária, tendo lido integralmente o ofício n.º 7463, de 27.09.2000, proveniente da Câmara Municipal de Elvas, no qual se dá conta do teor de uma Moção aprovada na respectiva Assembleia Municipal, relativa ao traçado definitivo da linha de grande velocidade (TGV), e o ofício n.º 171, datado de 2000.11.13, originário da J. F. de S. Miguel de Machede, trazendo em anexo um Requerimento respeitante à variante à mencionada localidade.

## DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo as seguintes actas:

- N.º 1 da reunião de 25.02.2000

Antes de se pronunciar sobre o documento em causa, o Sr. Lino de Carvalho desejou informar que, no contexto da correspondência recebida e da decisão tomada pela Assembleia de Freguesia de S. Miguel de Machede, no que toca à variante, procurou, enquanto deputado eleito pelo distrito, incluir no O.G.E. para 2001 as verbas correspondentes ao arranque da mesma, cuja proposta não passou na Assembleia da República porque o PS votou contra, ao contrário das outras forças políticas.

Cingindo-se à acta, fez questão de ler a última parte duma intervenção do Sr. José Zorrinho, constante no terceiro parágrafo da pág. 4, que enumera: “*Julgo que esta Assembleia se deve manifestar, através dos seus dois deputados para isso mandatados, no sentido de se poder solicitar a inclusão de verbas do PIDDAC quer para os estudos necessário ao Inçamento deste novo formato de Biblioteca Pública, quer para os estudos necessários à construção do novo hospital distrital*”. Face a isto, noticiou ter-se empenhado para fazer vingar no O.G.E. as duas propostas, as quais foram chumbadas pelos deputados do Partido Socialista pelo círculo de Évora, impedindo dar sequência a uma conclusão consensual desta Assembleia.



Para terminar transmitiu que a CDU, aquando da discussão do Orçamento para 2000, interpelara a Sra. Ministra da Saúde sobre a necessidade de se construir um novo hospital regional, tendo ela afirmado que estava à espera de uns estudos. Passado um ano, a Dra. Manuela Arcanjo confirmou que já os tinha recebido, os quais concluíam pela necessidade de se edificar uma nova unidade hospitalar em Évora. Simplesmente a Sra. Ministra discordou deles, porque partiam do pressuposto que era preciso a estrutura, achando ela isso errado, porque quer que o pressuposto seja que não haja hospital para acabar com a mesma conclusão, podendo-se deduzir que é contra a ideia, tanto assim que o Partido Socialista votou contra a proposta apresentada pela CDU no OGE.

Por sua vez, a Sra. D. Maria do Céu Ramos, na qualidade de membro da A. M. e de deputada eleita pelo Círculo eleitoral de Évora, subscreveu, totalmente, as preocupações manifestadas pelo orador antecedente, tendo dado a conhecer que o PSD também fez questão de levar por diante, no Parlamento, as propostas supracitadas, sendo pena que outros pareçam querer acompanhá-lo no plano das intenções, mas que ao nível das concretizações frustam, afinal, o seu trabalho e o seu desempenho.

O Sr. Presidente da Câmara propôs a seguinte alteração:

- Pág. 5 – 7ª linha – substituir a frase «*entre as Portas d'Aviz e a Escola Gabriel Pereira*» por «*entre as ligações das estradas de Estremoz e Beja*».

Não havendo mais modificações a introduzir, o Sr. Presidente pôs o citado documento à votação, o qual foi aprovado por maioria com nove abstenções.

- Nº 3 da sessão de 28 de Abril de 2000

O Sr. José Piteira propôs a seguinte rectificação:

- Pág. 7 – 25ª linha – substituir a expressão «*S. Miguel de Machede*» por «*N.ª Sra. de Machede*».



Dado que mais ninguém demonstrou interesse em falar, o Sr. Presidente colocou a acta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com oito abstenções.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sra. D. Maria do Céu Ramos formulou um reparo sério à organização da Ordem do Dia desta sessão, visto que para além de constar um ponto essencial para o próximo exercício autárquico (Plano de Actividades e Orçamento para 2001), que carecia de uma reflexão e uma discussão amplas e aprofundadas, incluía mais 11 pontos. Segundo o parecer do PSD, a preparação da agenda desta forma não contribuía para dignificar o debate dos documentos em causa, bastante importantes para a orientação e a acção da CMÉ, sem prejuízo de admitir o elevado interesse e a urgência das outras matérias que estavam programadas. Só que havia que fazer opções, designadamente a realização de reuniões extraordinárias, que poderiam ter sido efectuadas para tratar de outros assuntos prementes. Esta posição do Partido Social Democrata não impedia, contudo, a maior abertura para discutir todos os pontos da ordem de trabalhos, frisou.

Face ao exposto. O Sr. Presidente não deixou de reivindicar parte da responsabilidade pelo sucedido, acrescentando, porém, que fez as diligências que pôde, junto da Câmara, para que esta reunião se realizasse mais cedo, tendo-lhe sido explicado que existiam dificuldades para se proceder em conformidade.

Para concluir, achou que o reparo da Sra. D. Maria do Céu Ramos tinha toda a pertinência.

O Sr. António Foito desejou falar sobre a variante de S. Miguel de Machede, considerando o caso quase tão gravoso como o de Évora (a necessidade de se construir a circular à zona norte da cidade). Para si, estes assuntos carecem de meditação, tendo já pensado que não serão resolvidos com «paninhos quentes», mas sim com tomadas de posição fortes (cortes de estradas, por exemplo), para as reclamações serem atendidas.

Noutro contexto, abordou o aspecto da obrigatoriedade de a AMÉ ter de alterar o seu Regimento de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deficiência detectada pelo IGAT, aquando da sua intervenção inspectiva ao Município de Évora. Como coordenador do respectivo grupo de trabalho, informou: *“Têm existido dificuldades no funcionamento da equipa. Ocorreu uma primeira reunião e depois houve a tentativa de se realizarem outras que*



*não aconteceram por falta de «quorum». Entretanto surgiram as férias e passado este período pedi ao funcionário da Assembleia que contactasse os elementos do grupo e que tomasse nota dos dias e das horas que cada um tinha disponível, tendo apenas a Dra. Maria do Céu Ramos argumentado que não podia reunir-se às 18,00 horas de cada sexta-feira. Com base nisto e nesta fase, convoquei uma primeira sessão, que teve «quorum», onde foram acertados métodos de trabalho. Posteriormente foram feitas novas convocatórias, que não surtiram efeito devido à ausência da maioria dos membros. Como as coisas estão neste momento, penso que será possível no primeiro trimestre de 2001 trazermos a proposta em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro”.*

O Sr. Presidente agradeceu a comunicação prestada pelo Sr. Foito e fez saber que a questão em causa se inseria no contexto de duas ou três pequenas recomendações referidas pelo inspetores, no que se reportava ao funcionamento da Assembleia.

Uma outra falha registada foi a falta de aprovação de 4 actas (das reuniões de 13.06.97, 11.07.97, 25.07.97 e 29.09.97) do mandato anterior, pelo que o Sr. Presidente aproveitou a ocasião para participar que a Mesa tem vindo a fazer diligências sucessivas no sentido de se ultrapassar a situação, que passa pela obtenção de um parecer dos antigos membros que já cá não estão, prevendo-se para muito breve a sua formalização.

Posto isto, o Sr. José Figueira quis abordar um outro tema, respeitante à luta que os trabalhadores mineiros da SOMINCOR – NEVES CORVO estão a desencadear há 15 dias, os quais entraram em greve no passado dia 14, visando aumentos salariais e o fim da elaboração contínua.

A seguir relatou um breve historial dos acontecimentos dentro da empresa nos últimos tempos: *“Desde 1997 que a administração em apreço impôs a laboração contínua aos mineiros que trabalham no fundo da mina, o que tem originado o aumento de acidentes por incapacidade imediata de 25% para 60% ao ano. Para além disso, em Outubro de 1999, os assalariados tiveram a promessa, por parte da gerência, que na próxima negociação dos contratos que a questão da laboração contínua seria eliminada.*

*Há ainda a destacar que o dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, Noé Eduardo Laza, foi despedido, cujo processo não está concretizado porque o Tribunal do Trabalho de Beja suspendeu a intenção da empresa, tendo depois 218 operários sido sujeitos a processos disciplinares por terem desenvolvido, entre 25 e 28 de Novembro, acções de luta em gesto de solidariedade para com o seu colega.*

*Perante a entrada em greve dos trabalhadores, surgiram no local, não se sabe a mando de quem, as forças de intervenção da GNR, na proporção de um militar para dois mineiros,*



*tendo isto causado bastante escândalo, pois que teve a cobertura de todas as estações televisivas, já para não falar nos demais órgãos de comunicação social”.*

Face ao explanado, o Sr. Figueira anunciou que a bancada da CDU propunha uma «SAUDAÇÃO» de solidariedade para com a luta dos mencionados trabalhadores, lendo, para o efeito, um documento subscrito por 5 dos seus eleitos, que fica apenso a esta acta, dela fazendo parte integrante.

O Sr. José Cardoso acentuou que conhecia o problema da SOMINCOR pela comunicação social, simplesmente a mesma emitiu hoje um comunicado manifestando a sua disponibilidade para negociar os dois pontos constantes na SAUDAÇÃO atrás referida (melhores salários e regalias sociais e fim da laboração contínua), sendo de seu parecer que o desacordo se revestia apenas de carácter político, dando azo à confrontação entre ambas as partes.

*“Atendendo a que o documento apresentado pela CDU tem contornos não coincidentes com a intervenção inicial do Sr. Figueira, eu vou votá-lo favoravelmente”*, expressou o Sr. Acácio Alferes.

Respondendo ao depoimento do Sr. Cardoso, o Sr. José Figueira clarificou que a posição que a SOMINCOR fez hoje publicar nos jornais (pagando) esconde duas realidades: **Primeira** – A gerência só se dispõe a reunir com os mineiros depois da luta em vigência, ou seja, em Fevereiro do próximo ano; **Segunda** – As condições que a administração põe para conversar agora é uma falsa questão, porque já noutras ocasiões e noutros anos precedentes, em fase de negociações, os assalariados estavam em greve e a supracitada não deixou de se encontrar com as organizações sindicais.

Para completar, demonstrou interesse em avançar com a seguinte nota pessoal: *“Nós estamos num estado de direito e uma das «armas» que os trabalhadores possuem, no exercício da sua liberdade de cidadania, é o direito à greve, coisa que está consignada na Constituição da República. Nenhuma entidade ou organização pode invocar tal benefício para não se sentar à mesa das negociações”.*

Por seu turno, o Sr. Francisco Pândega classificou a 1ª dissertação do Sr. Figueira de longa, concordando com ela apenas parcialmente, pois se era de admitir que os mineiros se negassem à laboração contínua, por o trabalho ser muito duro, e que lutassem por melhores salários, já não podia aceitar as alusões feitas à acção da GNR e do supramencionado sindicalista.



Quanto ao conteúdo da SAUDAÇÃO, transmitiu não ter nada a opor, indo votá-la positivamente.

Sobre a situação em análise, o Sr. Jorge Lourido comentou: *“Não é, de certeza, de ânimo leve que aqueles assalariados estão 15 dias em greve sem receberem ordenado, passando o Natal como passaram e como se avizinham os próximos meses. Portanto, a chantagem que é feita pela administração não merece, sequer, minimamente a nossa reflexão e muito menos a nossa solidariedade”*.

O Sr. Manuel Patrício asseverou que era preciso defender uma postura humanista, no sentido de se ser intransigente no respeito que as pessoas devem merecer, sendo de discordar e de repudiar as atitudes incompreensíveis praticadas num estado de direito por parte de qualquer força política que radique as suas posições. Deste modo, era parecer do Partido Social Democrata que o que aconteceu nos últimos dias tinha a ver com princípios absolutamente fundamentais que não se podia abdicar num regime democrático saído do 25 de Abril, relativamente ao qual não se devia ter desatenções para com questões que, no fim de contas, confirmavam outros procedimentos que o Governo tem vindo a tomar num processo que se lhe afigura ser de degradação política e democrática. Assim, o PSD não tinha a mínima dúvida em solidarizar-se com os assalariados da SOMINCOR, aceitando o texto que acabara de ser proposto, que lhe parecia equilibrado e isento de exageros partidários, podendo ser subscrito por todas as correntes políticas com assento nesta Assembleia.

Podendo ter havido alguma ambiguidade nos termos do texto e porque estava manuscrito, o Sr. Presidente pediu ao Sr. Figueira que voltasse a lê-lo.

O Dr. José Figueira procedeu em conformidade.

O Sr. José Cardoso deu a conhecer que o PS iria votar a favor do documento e em resposta às palavras proferidas pelo Sr. M. Patrício acrescentou: *“O Partido Socialista não recebe lições de ninguém e muito menos do PSD, no aspecto de intervenções mais impetuosas por parte da PSP ou da GNR a mando da Administração Central. Se o meu querido amigo olhar para os 10 anos de governo do PSD, verificará quem é que utilizou sistematicamente a violência contra os trabalhadores neste país”*.



Retorquindo ao orador antecedente, o Sr. Manuel Patrício declarou: *“Eu só quero lamentar que o Dr. José Luís Cardoso diga que o PS não recebe ensinamentos de ninguém, porque a minha postura é exactamente oposta a essa. Eu recebo lições de toda a gente desde que sejam boas. E penso que aquilo que é próprio dum regime democrático, é estarmos atentos ao que todos possam dizer e darmos a mão à palmatória quando for caso disso. Neste caso, acho que o voto positivo do Partido Socialista já é dar a mão a uma boa palmatória e, no fim de contas, significa também que sempre recebe lições de alguém”*.

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre este assunto, o Sr. Presidente colocou a SAUDAÇÃO à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Continuando o período antes da ordem do dia em aberto, o Sr. Presidente constatou a inexistência de inscrições para uso da palavra, pelo que deu-o por encerrado.

## **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.É.**

O Sr. Presidente da Câmara informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro/2000, dos quais se destacam: o “Dia Europeu sem Carros”, a instalação do Mercado 1º de Maio no antigo edifício do Terminal Rodoviário, o apoio directo dado aos pequenos empresários da urbe, através do programa F.A.M.E. (Fundo de Apoio às Micro-Empresas de Évora), e a realização de reuniões com diversos ministérios sobre grandes projectos (7) estruturantes para a cidade.

Por último, fez alusão ao avanço registado nas obras (já em fase de acabamento) das futuras instalações da Academia Aeronáutica de Évora e à aprovação, por parte do Executivo, do projecto para ampliação da fábrica da Siemens-Matsushita.

Em aditamento às palavras do orador antecedente, o Vereador Jorge Pinto enunciou que, em relação ao PROCOM, o Município tem procurado desenvolver, no conjunto das intervenções, uma acção tão cuidadosa quanto possível, por forma a não tornar a urbe num estaleiro nem «virar o feitiço contra o feiticeiro», se bem que o ritmo das obras esteja a ser condicionado pelos achados arqueológicos, como, por exemplo, as 6 dezenas de silos que foram encontrados no sub-solo da Rua Cândido dos Reis, que são de uma riqueza imensa. Na Rua da Misericórdia os vestígios romanos são patentes e no mercado 1º de Maio também foram encontradas marcas históricas. É de sublinhar, ainda, que quando este processo foi lançado



não existiam projectos para enterramento de algumas infra-estruturas, designadamente cabos para energia eléctrica e telefones, por falta das respectivas empresas (EDP e Telecom). Mas com a decisão de dotar Évora de gás natural, aproveitou-se a ocasião para se proceder em conformidade, incluindo o enterramento de fibra óptica para possibilitar a cidade digital, estando, hoje, a Vereação em condições de referir que esta complexa parceria da Câmara com os comerciantes, por um lado, e com as Instituições acima mencionadas, por outro, vai permitir, no Verão de 2001, entrarem em funcionamento as primeiras tecnologias de informação inter-activa e acender o «1º isqueiro» do gás canalizado.

Por fim, revelou que existiam duas preocupações neste campo, a saber:

- A CMÉ cumpriu os prazos de entrega da candidatura, tendo então o Sr. Secretário de Estado, Dr. Osvaldo de Castro, assumido o compromisso de que não haveriam problemas para financiamento, sendo este dependente da participação global dos comerciantes. Estes, no geral, ainda não auferiram qualquer verba, ou as que receberam foram insignificantes relativamente ao investimento já realizado, estando a sua quota parte a ficar, na prática, abaixo do que estava previsto, com prejuízo para o objectivo integral do projecto e com repercussão no do Município;
- Não foi aceite a recondução da candidatura do projecto da Câmara, que estava em condições e que serviu de «bandeira» como um bom exemplo, tendo a mesma de concorrer de novo, ou seja, não existe a garantia de financiamento para as obras exteriores.

O Sr. José Figueira inquiriu ao Executivo o seguinte: **Primeiro** – Como é que é feito o financiamento do F.A.M.E. ? Qual é a sua origem e o que é que compete à Câmara e ao banco, na medida em que é aqui feita uma informação de que há uma parceria com o BES ? O que é que levou a edilidade a lançar-se neste Fundo, sabendo-se que, para iniciativas deste tipo, existem instrumentos financeiros no âmbito do Q.C.A. (lembrou-se do Sistema de Incentivos às Pequenas Iniciativas Empresariais) ? Se houve alguma avaliação feita junto dos comerciantes e se eles tinham necessidades e se estavam limitados no seu acesso aos fundos estruturais, nomeadamente ao Programa Operacional da Economia ?

**Segundo** – Identificando-se na Informação um conjunto de candidaturas a vários projectos, estimados em 2,8 milhões de contos, foram os mesmos apresentados em sede de Programa Operacional ? E no que toca à sua apresentação, qual é a taxa de aceitação e o que é que já foi aprovado para a Câmara de Évora ?

**Terceiro** – Com respeito à distribuição de gás natural, é destinado ao uso doméstico ou é também para a indústria ? E se a autarquia estudou, com a empresa que vai constituir (DIANAGÁS), o reflexo que está a ter a situação que se vive em Lisboa, em que os consumidores estão a pagar mais do que o gás de botija ?



Reportando-se à alocação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Bernardino Grilo interrogou se o projecto da Escola de Pilotos estava a ser feito, a ser elaborado ou a seguir o seu curso normal?

No que concerne à efectuação do estudo de impacto ambiental, perguntou qual era o ponto da situação.

Quanto à dissertação do Vereador Jorge Pinto, mostrou-se muito pessimista sobre o PROCOM, justificando com as seguintes palavras: *“No II Q.C.A., segundo julgo saber, a inserção da nossa autarquia foi zero. No III Quadro Comunitário vamos pelo mesmo caminho. Não vejo que nós (Município) sejamos beneficiados em algo pelo tal programa, na medida em que os projectos são apresentados e os subsídios não vêm. Parece-me que isto devia ser analisado, se calhar, de uma forma mais radical. Não se pode andar com «paninhos quentes», como já alguém disse aqui hoje. De uma vez por todas, das duas uma: ou a gente tem direito ou não tem. E se temos direito, temos que lutar por eles, sendo este o local próprio para o efeito”*.

O Sr. Lino de Carvalho solicitou à Vereação que rectificasse um erro inserto na pág. 6 da Informação, dado que onde estava escrito «Inauguração do escritório móvel da Confederação da Agricultura Portuguesa» deveria constar, tanto quanto sabia, «Inauguração do escritório móvel da Confederação Nacional da Agricultura».

No âmbito do PROCOM, sugeriu à Administração Municipal que enviasse aos membros da Assembleia (pediu ao Executivo que assumisse isto como um requerimento verbal) um relato sobre a situação do pagamento aos comerciantes aderentes, os quais fizeram obras, avançaram com dinheiro e já entregaram toda a documentação exigida pela entidade gestora, estando a aguardar (há 6/7 meses) que lhes seja liquidada a participação a que o Estado está obrigado, em relação aos arranjos que efectuaram, tendo alguns deles até recorrido à banca para o efeito.

Depois fez ver que, para além dos aspectos financeiros, havia a considerar as vertentes: **Ética** – Visto que os supracitados foram mobilizados em pleno período de campanha eleitoral para as legislativas; **Psicológica** – Porque se sabe que não é fácil mobilizar o comércio tradicional para fazer investimentos, no sentido de reestruturar e modernizar os estabelecimentos, tanto mais que muitos saíram da inércia, em que tradicionalmente se encontravam, para renovarem as suas lojas, dizendo uma boa parte deles, hoje em dia, que nunca mais serão enganados.

De passagem, criticou o comportamento passivo da estrutura representativa do sector, a Associação Comercial, que só se tem movimentado por pressão do exterior (do Município) e que num quadro em que existem sérios atrasos no processo não toma uma atitude em defesa dos seus associados.



Para concluir e cingindo-se à criação da cidade digital, alertou para o facto de Évora não ser só o centro histórico, sendo preciso estender a iniciativa aos bairros onde residem 80% dos cidadãos.

Tendo o Sr. Presidente da Câmara falado numa audiência ocorrida com o Sr. Ministro da Educação, o Sr. António Foito desejou saber se a construção da Escola Básica Integrada da Malagueira irá avançar no próximo ano, pois que para o corrente exercício foram cabimentados 160.000 cts no O.G.E. para o fim em vista e nada sucedeu, não deixando de manifestar algum cepticismo quanto a tal, uma vez que apenas foram calculados 5.000 cts no Orçamento Geral do Estado/2001 para o mesmo.

O Sr. João Ricardo solicitou à Vereação, à semelhança doutras ocasiões, que fosse colocada uma placa na rotunda das Portas de Aviz a apontar o caminho para Azaruja, de modo a orientar os automobilistas que vêm doutros lados, para mais tendo a edilidade lá interesses, designadamente o Parque Industrial.

Aproveitando o ensejo, o Sr. José Cardoso lembrou que havia um Plano de Sinalização para a cidade de Évora, circunstância que o levava a não compreender a colocação de várias placas em muitas artérias, não só do centro histórico mas também dos bairros, a indicarem «**O Restaurante.....**», «**A Casa de Pneus.....**»,etc., não se sabendo, qualquer dia, o que é municipal ou o que é privado, ou seja, procura-se, por um lado, dignificar a urbe e, por outro, existe uma liberalização total e absoluta para cada um fazer publicidade aos seus produtos.

Por seu turno, o Sr. António Serrano opinou que havia uma falha ou, pelo menos, alguns cuidados poderiam ter sido tidos em consideração no respeitante à sinalética dos locais mais procurados pelos turistas e por pessoas que vêm a Évora em trabalho, os quais sentem dificuldades em encontrá-los. *“Um desses lugares é a Universidade. Eu sinto na pele, diariamente, esse problema, porque recebo muitas individualidades que vêm de Lisboa e de outros sítios e que sistematicamente não sabem ir ter à sede principal da Instituição (Colégio do Espírito Santo). Foram colocadas novas tabuletas por toda a cidade, não indicando nenhuma delas o percurso até ao respectivo edifício, onde funcionam a Reitoria e os serviços mais importantes. Lembro que há cidades do interior que põem placas próprias a encaminhar as pessoas que vêm de fora até ao estabelecimento de ensino. Portanto, possuindo esta urbe uma Universidade com mais de 7.000 alunos, eu fazia um apelo à autarquia para que, na eventualidade de vir a colocar outras tabuletas, incluía essa menção que acabei de referir”,* frisou posteriormente.



Dispondo-se a responder às questões levantadas, o Vereador Jorge Pinto começou por aflorar o assunto do F.A.M.E., dizendo tratar-se de um plano resultante de um acordo estabelecido com uma entidade bancária (BES), onde cada parte disponibiliza, no primeiro ano, 60.000 cts destinados a empréstimos às micro-empresas, para investimentos até 10.000 cts, com um prazo de duração de 6 anuidades e com um ano de carência na sua amortização. Os 50% da Câmara advêm do Fundo Municipal (provenientes das receitas parciais da Derrama) e não cobram juros, sendo que a fracção do banco tem um tecto máximo de 2,5% sobre a EURIBOR.

Quanto ao gás natural, noticiou estar já encontrado o terreno para a instalação dos depósitos, sito no Parque Industrial, o qual foi devolvido pela Siemens à autarquia, depois de esta lho ter vendido, mas com o compromisso de o Município lhe disponibilizar um outro na mesma zona.

De imediato fez saber que a escritura vai ser feita na primeira semana de Janeiro, indo a indústria ser privilegiada no respectivo consumo, pois que se prevê que só a Siemens vá gastar mais do que toda a cidade.

A seguir participou que o traçado do gasoduto terá incidência sobretudo fora do centro histórico, passando pela área industrial da Horta das Figueiras, beneficiando também a Vila Lusitano, e depois vai fazer um anel em torno das muralhas, cobrindo, desde logo, toda a parte do Hospital e da Universidade, entrando posteriormente na zona norte, onde irá ter um conjunto de ramificações.

No que concerne ao centro histórico, está-se a aproveitar as obras do PROCOM para implantar também as condutas para o gás.

No capítulo do III Q.C.A., sublinhou que o mesmo foi o que teve maiores atrasos, incertezas, indefinições e de determinações mais complexas, com a alteração das regras já a «meio do campeonato». Até agora, explicou, a CMÉ só tem aprovado o projecto do Parque das Corunheiras, não deixando de comunicar que se concorreu ao programa pólis, para requalificação da muralha entre as Portas de Aviz e a Porta do Raimundo, com a construção de 4 parques e estacionamento subterrâneos, o alargamento da via entre as Portas da Lagoa e a Porta de Alconchel e a construção do parque urbano, orçado em 7.000.000 cts, tendo-lhe sido dito, pelo respectivo responsável, que só haverá 1.000.000 cts para o efeito.

Também no contexto do QCA, deu a conhecer que a edilidade formalizou duas candidaturas inseridas no Programa Operacional, que ainda não mereceram aprovação nem parecer, correspondentes à beneficiação do aeródromo e da estrada que liga Guadalupe a Valverde.

No domínio da Escola de Pilotos, salientou que o estudo do ruído está elaborado e acordado com a Direcção Regional do Ambiente, especificando que, em resultado dos diálogos e da pressão exercida pelo Município, as 3 primeiras aeronaves que foram adquiridas pela acima



mencionada Escola são aparelhos de produção de barulho muito inferior aos limites impostos, neste momento, na Europa.

Sobre a intervenção do Sr. J. Ricardo, recordou já ter-lhe explicado profundamente o caso noutra altura.

Ainda sobre a sinalética, esclareceu que aquilo que está agora a ser instalado é apenas a fase da pré-sinalização, faltando instalar 140 postes com 430 tabuletas, a indicar a Câmara, a PSP, os Correios, a Universidade, etc.. Por outro lado, já está adjudicada, para ser implementada no 1º semestre de 2001, toda a sinalização própria do Parque Industrial e das zonas fabris de Almeirim e da Horta das Figueiras, permitindo, então, retirar toda a informação abusiva que está espalhada em torno da variante e do referido Parque. No centro histórico também está prevista a melhoria da sinalética turística, tanto a dos monumentos como a comercial, que vai possibilitar uniformizá-la e acabar com o «regabofe» actualmente existente.

Por fim, divulgou que o Município vai concorrer, nos princípios de Janeiro e pela terceira vez, ao PROCOM, já com outras regras e sem garantias de financiamento.

Por sua vez, o Vereador Almeida Henriques elucidou, com referência à cidade digital, que se trata duma candidatura que assenta em 3 pilares fundamentais: **Primeiro** – Na criação do portal de Évora, para prestar um conjunto de serviços não só a empresas, a negócios, a entidades e a instituições públicas ou privadas, mas também para estabelecer, junto da comunidade, uma série de serviços virtuais (internet, wapp, etc.); **Segundo** – Na rede de autarquias e na consubstanciação daquilo que hoje já existe, que pressupõe, fundamentalmente, uma missão de serviço público, de reforço de direitos de cidadania e de um conjunto de aspectos de modernização administrativa, de modo a combater a info-exclusão, formando redes informáticas que, em primeira linha, ligarão as diferentes autarquias do concelho; **Terceiro** – Num centro de interpretação e núcleo museológico, que terá três dimensões:

- uma grande base de dados que unirá todos os suportes, arquivos e demais instrumentos;
- um auditório digital;
- e as paredes inter-activas, maquetes, diaporamas, etc..

Adiante, acrescentou que esta candidatura permitirá dotar toda a cidade de um duplo anel de fibra óptica, um à volta do centro histórico e outro em torno da urbe, juntando as futuras áreas de expansão urbana, possibilitando o acesso às TV's Cabo, Digital e Inter-activa.

Quanto às questões da E. B. da Malagueira, explicitou que aquando das negociações havidas com o Sr. Ministro Augusto Santos Silva, ficou assente que o respectivo Ministério



formalizará uma proposta escrita de contrato-programa, na qual se responsabilizará pela construção da escola atrás designada e dos espaços afectos à mesma, ficando a cargo da Câmara a cedência do terreno para o efeito e as infra-estruturas exteriores ao perímetro do estabelecimento. A edilidade assumirá ainda a diferença entre um pavilhão gimno-desportivo de tamanho escolar e um pavilhão de grande dimensão, que possa ser aberto à comunidade, sustentou.

Para terminar, enunciou que a Escola Básica Integrada da Malagueira, para além dos três níveis de ensino, incorporará também um jardim de infância.

Não desejando mais alguém discutir este ponto, o Sr. Presidente considerou-o concluído.

## **PONTO 2 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO**

O Sr. Presidente anunciou que este ponto foi incluído na Ordem do Dia porque a Assembleia foi contactada várias vezes, pela comissão que está constituída, no sentido de indigitar 4 pessoas para dela fazerem parte, não tendo de ser, segundo especifica a Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, forçosamente eleitos seus, pois que aponta para 4 cidadãos eleitores, com a recomendação que sejam personalidades com alguma capacidade de intervenção. *“A própria Assembleia teve alguma dificuldade em promover diligências visando um resposta mais pronta às solicitações que lhe foram sendo feitas, porque quer a Associação Nacional de Municípios quer as autarquias individualmente têm grandes reservas em relação a este tipo de solução”*, frisou de seguida.

Entretanto, o Vereador Jorge Pinto proferiu que ainda não tinha proposto à Vereação, formalmente, a adesão à Comissão em epígrafe, porque: **Primeiro** – É necessário a edilidade presenciar uma reunião apenas como observadora, para colocar um conjunto de questões prévias, sem as quais não poderá participar na iniciativa, estando em causa, principalmente, o arrazoado do nº 1 do artº 14º da Lei em equação, que cita que «As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de maneiio, necessários.....são assegurados pelo município», o qual não é aceite por nenhuma autarquia. A Associação Nacional de Municípios vai procurar estabelecer um entendimento de princípios com os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Justiça, no sentido de que o fundo de maneiio seja pago pelo Governo e que caso haja necessidade de disponibilização de funcionários das



câmaras e de meios logísticos para o fim em vista, se proceda à contratualização daqueles, com critérios a definir, não avançando a CMÉ para o processo se não houver acordo entre as entidades acima descritas; **Segundo** – A Câmara sujeita-se a vir uma inspecção dizer que não pode pagar subsídios a trabalhadores em regime de permanência noutra instituição, para além de não os poder obrigar a tal.

Mais à frente fez notar que havia outro aspecto a ter em conta, que se prendia com o carácter corporativo e inconstitucional (na sua opinião) da Lei, nos seus artigos 25º e 28º, coisa que o levou a comentar: *“Ou há um compromisso solene por parte dos representantes do Governo e das diferentes entidades afectas à Comissão de Protecção de Menores de Évora em como não se aplicam os números 1 dos mencionados artigos ou nós não participamos”*.

Por último argumentou que existia uma terceira condição que tinha que ser salvaguardada, a saber: na anterior Lei era obrigatória a inclusão do Ministério Público, o qual agora não tomou parte numa única reunião, apesar de ser a entidade principal que tem que dirigir o processo em apreço, do ponto de vista judicial. Assim, transmitiu que se o M. P. não estiver vinculado às decisões da Comissão, ainda que como observador, será mais um motivo para a CMÉ não aderir ao projecto.

O Sr. Presidente considerou as observações do Vereador J. Pinto bastante pertinentes relativamente à A. M., talvez com a agravante de ter que designar 4 elementos do exterior, não vendo que tipo de coordenação ou de ligação orgânica se poderia ter com esta situação.

O Sr. José Russo revelou que a CDU estivera a analisar este caso, comungando com uma parte significativa das apreensões manifestadas e achando estranho como é que os membros que a Assembleia escolher poderão vinculá-la, mesmo que sejam pessoas com qualificação e formação para intervir na área em causa. Deste modo, exprimiu que a referida força política não queria obstaculizar coisa alguma, pensando, todavia, que havia matéria que carecia de esclarecimento, sendo proveitoso que as outras correntes do plenário se pronunciassem, com vista a uma tomada de posição.

O Sr. José Cardoso deu conta que o PS também examinara o processo, parecendo-lhe que hoje não era possível nomear quaisquer representantes, porque se tornava uma situação bastante ambígua e incerta, tanto mais que a alínea m) do art.º 17º enumera: «Os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão,.....». Face ao exposto, sugeriu que a proposta não fosse votada e que se fizesse uma outra mais razoável e funcional, que servisse para a A.N.M.P. apresentar ao Governo.



O Sr. Presidente achou que se deveria suspender a deliberação e aguardar esclarecimentos posteriores ou, na linha das preocupações patentes pelo orador antecedente, que se constituísse um grupo de trabalho destinado a avançar com uma proposta.

Em virtude de o Vereador Jorge Pinto se ter reportado aos artigos 25º e 28º da Lei n.º 147/99, o Sr. José Figueira chamou a atenção para o facto de a circular n.º 126/2000, de 13 de Dezembro, remetida pela Associação Nacional de Municípios, não fazer qualquer alusão aos ditos, nem sequer o protocolo em anexo, não deixando de transparecer a sua surpresa por o diploma ter sido publicado no dia 1 de Setembro e só mais tarde a ANMP ter sido consultada. Na sua maneira de ver, a Administração Central deveria ter primeiro apresentado, à mencionada Instituição, o projecto-lei, para ser discutido previamente, evitando-se que os municípios e as assembleias municipais estivessem a ser confrontadas com este tipo de problemas. Nesta conformidade, subscreveu a proposta do Sr. Presidente, acrescentando que se deveria escrever à Comissão de Évora a justificar a tomada de posição do colectivo.

Perante o desenrolar dos acontecimentos, o Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo a possibilidade de se suspender o tratamento do 2º ponto da agenda, nos moldes em que tinha sido alvitado, coisa que foi plenamente aceite por todos.

### **PONTO 3 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE LEGAL DA A. M. PARA O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO**

O Sr. Presidente lembrou que o Dr. Luís Bettencourt era o representante da Assembleia no Conselho designado em título, mas em virtude de ter renunciado ao mandato, deixou em aberto o respectivo cargo, pelo que era necessário promover a sua substituição.

O Sr. José Russo deu a conhecer que a CDU propunha o nome da Sra. D. Maria Helena Teixeira da Silva para ocupar o lugar.

O Sr. José Cardoso noticiou que o PS aceitava a sugestão acabada de ser formulada.



A Sra. D. Maria do Céu Ramos subscreveu a proposta da CDU e manifestou a disponibilidade do PSD para votá-la positivamente.

Como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o Sr. Presidente colocou a proposta da CDU à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Face ao explanado, ir-se-á participar, por escrito, ao Hospital do Espírito Santo a resolução ora tomada.

## **PONTO 4 – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2001**

O Sr. Presidente da Câmara prontificou-se a prestar esclarecimentos sobre os documentos em epígrafe, tendo começado por justificar a razão da apresentação dos mesmos só hoje aos membros da A. M.: houve necessidade de efectuar uma auscultação às 15 chefias da edilidade, de maneira a se elaborar um trabalho bem cuidado e coordenado. Além do mais, foi dado mais um outro passo inovador neste aspecto, pois que foram exibidas, a todos os eleitos da oposição, as linhas programáticas fundamentais para o Plano que se ia traçar, porque eles se queixavam que não eram chamados a participar na sua execução, pelo que todo esse compasso de espera e de relações levaram a que o processo tivesse sido mais demorado.

Depois declarou: *“Tivemos que concentrar neste Plano os grandes projectos e as grandes preocupações que exigiam um financiamento elevado. É que de facto o Município de Évora passou por um período de 4/5 anos sem nenhuma hipótese de financiamento de fundos comunitários e de contratos-programa ajustados às nossas necessidades. Só quando tivermos um panorama completo de contratos-programa, por parte do Governo, e de financiamentos do QCA, é que nós poderemos dizer, com rigor, quais serão as iniciativas que vão avançar. É que se a edilidade não colocasse no seu P. A. todas as acções e projectos que pode realizar, corria o risco de as não poder executar, porque o Tribunal de Contas ordena que tal seja mencionado no mesmo.*

*Há outra agravante que está a ser exigida, tanto pelos fundos comunitários como pelas regras gerais de elaboração dos orçamentos, que consiste na realidade de as autarquias não poderem apresentar rúbricas globais, têm que explicitar estrada por estrada, rua por rua e*



*largo por largo. Isto obriga a uma especificação pormenorizada do próprio documento. A afirmação que fazemos é que todas as obras e iniciativas que estão no Orçamento e no P. A., são umas com possibilidades de efectuarmos na íntegra e outras com hipóteses de serem arrancadas e prosseguidas nos anos seguintes, podendo algumas delas passarem para o mandato vindouro”.*

Para concluir transmitiu que existem 7 grandes projectos estruturantes que estão em marcha:

- A transformação do Rossio numa grande praça;
- O Parque de Feiras e Actividades Económicas;
- A expansão do Parque Industrial de Évora;
- O Parque Desportivo Municipal;
- A via de cintura;
- A requalificação urbana da cidade;
- E a cidade digital.

Os supracitados custarão cerca de vinte e cinco milhões de contos, ou seja, 10 anos da capacidade de investimento da CMÉ.

Em aditamento às palavras do Dr. Abílio Fernandes, o Vereador Jorge Pinto informou que o P. A. para 2001 é aquele que apresenta o maior investimento de sempre a levar a cabo nas freguesias rurais, totalizando perto de 400.000 cts, e o maior volume de verbas a transferir para as ditas.

A seguir recordou que no início do mandato a importância transitada para as Juntas correspondeu a 11,5% do F.E.F., sendo que para o próximo exercício ela representará 17% do Fundo Geral Municipal. Há ainda a destacar que outros valores serão transferidos para as atrás relatadas, no âmbito da prestação de serviços.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos disse pensar que não foi por acaso que o Sr. Presidente da Câmara começara por falar no pressuposto político e financeiro em que estão sustentados os documentos em apreço, cuja conjectura demonstra um sobredimensionamento das actividades preconizadas e das verbas que se esperam receber ou despende, sendo este um primeiro ponto de fragilidade e de divergência entre a bancada do PSD e os trabalhos produzidos.



Paralelamente, acentuou que se afigurava ao Partido Social Democrata que as prioridades enumeradas pela Vereação para se entrar num novo ciclo não tinham nada de inovador, com excepção de projecto Évora-digital, embora este não lance mais do que bases incipientes para aquilo que verdadeiramente pode ser a criação de condições para captar, para Évora, investimentos que fomentem um patamar económico sustentável para o desenvolvimento global do concelho.

Por outro lado, tendo o Dr. Abílio Fernandes dito que, nesta nova fase, um dos objectivos a alcançar era o da recomposição homogénea da urbe, a Sra. D. Maria do Céu Ramos opinou que ela não poderia fazer-se com a desproporção de investimentos político e financeiro, entre o centro histórico e a zona extra-muros. Isto porque, para requalificar a cidade, a Câmara prevê aplicar 3.661.000 cts, representando 41% do orçamento de investimentos, sendo 1.527.000 cts gastos no seu interior.

No campo do desenvolvimento cultural e da preservação do património, o Executivo calculou 341.700 cts para abranger essencialmente o centro histórico, ou seja, mais 3,8% do referido orçamento.

*“Acrece que a nossa preocupação vai também no sentido de continuarmos a registar um grande volume de despesas correntes, que se cifram em 34,7%, nomeadamente os encargos com trabalhadores que atingem os 17%. Mas não são só estes valores, porque quando se fala em mais 703.000 cts, ou seja, 5,1% para aquisição de serviços, todos nós sabemos que cerca de 5% desta percentagem são destinados a pessoal, que a edilidade, por limitações de ordem administrativa ou financeira, não pode ter nos seus quadros. E tudo isto são, para nós, motivos para não encontrarmos diferença substantiva, real ou efectiva entre estes dois instrumentos para o ano de 2001 e aqueles que foram aqui trazidos nos anos anteriores, neste mandato”, afirmou posteriormente.*

Mais à frente adiantou: *“Tendo em conta o atrás exposto, acho que, do ponto de vista do PSD, não há nenhuma razão para quebrar a linha de coerência com que vem dizendo que não pode aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento da CMÉ para 2001, sem que isso signifique uma disponibilidade óbvia, permanente e renovada de apoiar os projectos que beneficiem directamente a cidade. A posição do Partido Social Democrata vai ser, portanto, a de votar contra os documentos em equação”.*

Pela análise que fez ao P.A., a Sra. D. Maria Gabriela declarou que ele encerrava várias injustiças, no respeitante à distribuição de numerário pelas freguesias rurais, não incluindo a reparação de estradas, as quais se passam a descrever: S. Miguel de Machede – 85.500 cts; Guadalupe – 55.000 cts; N.ª Sra. de Machede – 37.000 cts; Vendinha – 21.000 cts; Graça do Divor – 15.500 cts; Boa-Fé – 10.000 cts; Torre de Coelheiros, Valverde e S. Manços – 5.000 cts cada; Azaruja – 2.000 cts; S. Sebastião da Giesteira – **zero**.



Depois perguntou porquê, já que não faltam projectos a S. Sebastião da Giesteira, nem necessidades por satisfazer (não estava a falar de importâncias que, no âmbito do protocolo, são para serem transferidas para as Juntas, mas sim aquelas alusivas a obras municipais, com incidência em escolas, cemitérios, arruamentos, água e saneamento básico, etc.), que são do conhecimento dos vários serviços da autarquia, para mais tendo ocorrido uma reunião entre a respectiva Junta e o Dr. Abílio Fernandes, onde foram expostas várias apreensões e formulado um pedido, para que fosse contemplado no Orçamento para 2001 uma quantia entre os 7.500 e os 10.000 cts destinada a arruamentos, o qual se veio agora a apurar que não foi atendido.

No seu modo de ver, só uma questão de má-fé é que justificava esta discrepância na repartição de dinheiros pelas freguesias rurais, apelidando-a de escandalosa.

Por fim, manifestou sentir-se triste por nos últimos 4 anos a Freguesia de S. Sebastião da Giesteira ter sido sistematicamente esquecida nos sucessivos P. A. e Orçamentos.

Em virtude de o Vereador Jorge Pinto ter revelado o adiamento do início dos trabalhos para a construção da ETAR de Valverde e da estrada entre esta aldeia e Guadalupe, por falta de financiamento, o Sr. João Valverde deixou transparecer a sua mágoa pela situação, com prejuízo para os seus habitantes.

Ao mesmo tempo, lamentou não ver no P. A., mais uma vez, a disponibilização de terrenos para habitação na Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Tourega, tanto mais que existem mais de duzentas solicitações com esse objectivo, entre as quais as de muitos jovens naturais da terra que se vêm forçados a constituírem família noutras paragens por falta de resposta do Município.

Logo após, fez ver a necessidade de se ter que edificar um jardim de infância, pois o que lá existe não possui o mínimo de condições para funcionar.

Posteriormente advogou que Valverde não se poderá desenvolver se não for feito um novo depósito para a água, uma vez que o actual já não tem capacidade para satisfazer o seu crescimento.

De seguida, alertou para a necessidade de se melhorar a sinalética da aldeia atrás designada, dado que em alguns cruzamentos têm-se registado acidentes com alguma gravidade.

Para terminar, fez saber que há mais de dez pessoas a quererem erigir uma pequena indústria na Freguesia em causa, as quais não conseguem levar a ideia para a frente por não encontrarem terrenos à venda, perdendo com isso a possibilidade de se candidatarem aos fundos comunitários para o efeito.



O Sr. José Russo sublinhou que o P. A. se enquadra e está de acordo não só com os importantes documentos de planeamento que a cidade dispõe, mas também com os compromissos eleitorais que a CDU assumiu com o eleitorado local.

Adiante, salientou a valorização do papel das Juntas ao longo deste mandato, quer através dos protocolos que têm vindo a acontecer, quer por via de um conjunto de obras importantes que se têm realizado nas freguesias, tais como: a renovação da praça do Bacelo/Corunheiras, a edificação de equipamentos sociais, a reclassificação da quase totalidade das escolas primárias do concelho, os arranjos de parte dos espaços exteriores de alguns bairros e localidades, o apoio à construção de novas sedes para as Juntas, as pavimentações e repavimentações de muitas estradas, a ETAR de Valverde, etc..

*“Entendemos ser da maior importância o significativo investimento que se propõe neste Plano para as freguesias do concelho, traduzindo esta atitude uma clara reafirmação da vontade da gestão CDU em prosseguir uma política aberta e efectiva de descentralização, por forma a gerar nelas a qualidade de vida que permita não só a fixação das populações, mas também o seu crescimento, como é já visível em muitos casos”*, exprimiu seguidamente.

Ainda no que respeita às freguesias, fez referência à respectiva Associação, que se tem revelado um valioso instrumento para elas, no que concerne ao apoio de muitos projectos.

No contexto dos equipamentos e infra-estruturas culturais, deu relevo ao esforço que tem sido desenvolvido para se encontrarem as condições para a concretização deste grande objectivo, sendo certo que para se darem passos positivos são precisos meios que as autarquias, só por si, não dispõem, tornando-se necessário o envolvimento da Administração Central e dos fundos comunitários para se atingir tal meta. Apresentou como exemplos: a Biblioteca Pública de Évora, o Salão Central, enquanto 2ª sala da urbe, a requalificação dos ex-celeiros da EPAC e do antigo matadouro, o arquivo fotográfico, etc..

No capítulo da recomposição homogénea da cidade, considerou tratar-se de um grande projecto, que está a originar profundas transformações no centro histórico, no sentido da sua modernização enquanto grande centro comercial e vivencial dos eborenses e de muitas pessoas que a visitam. Ainda neste domínio, realçou as obras que decorrem no âmbito do programa pólis, que prevê o arranjo dos espaços exteriores à muralha e do parque urbano, para além de ter feito menção à variante da zona norte da urbe.

Mais à frente fez alusão à construção do Parque de Feiras e Exposições, ao alargamento do PITE, à remodelação do Rossio de S. Brás, à erecção do Parque Desportivo e ao projecto Évora Cidade Digital., não deixando de citar: *“O concelho de Évora precisa da gestão CDU para continuar a obra que conduzirá esta cidade no caminho da modernidade, nunca abdicando do imenso valor do seu património histórico e cultural”*.

Para concluir e perante as teses produzidas, comunicou que a CDU iria votar a favor dos documentos.



O Sr. António Serrano apelidou o Orçamento de muito ambicioso e subordinado a um conjunto de variáveis que a Vereação não poderá controlar, nomeadamente aquelas que dependem dos financiamentos do Governo e dos fundos comunitários. Nesta conformidade, inquiriu ao executivo: *“Qual será o pior cenário que poderá suceder ao Município de Évora caso os financiamentos não se venham a concretizar e que implicações é que isso terá neste Orçamento ?*

O Sr. Acácio Alferes criticou a extensão da ordem de trabalhos e a remessa tardia da documentação (muito próxima do Natal), circunstância que o impediu de fazer um estudo exaustivo da mesma.

Paralelamente, tendo presente que o Dr. Abílio Fernandes referira que se ia entrar num novo ciclo de actividades e obras que envolverão dez anos da capacidade de investimento da CMÉ, que ascenderão a 30 milhões de contos, opinou que a mesma dificilmente poderá cumprir os objectivos, pois que não tem capacidade organizativa para fazê-lo.

Adiante desejou chamar a atenção para o seguinte:

- A diferença de valores orçamentados para as freguesias urbanas (sem contar com o centro histórico) e as rurais, na medida em que enquanto para as primeiras se prevê criar infra-estruturas a rondar os 1.100.000 cts, para as segundas, na totalidade, apenas estão planeados 72.500 cts, correspondente a 6% daquele montante;
- A verba diminuta calculada para o sector da juventude, somente 12.000 cts;
- A cifra gasta em pessoal contratado a termo em 1993 correspondia a 6% dos vencimentos dos funcionários do quadro, constringendo com os 17% orçamentados para 2001. Ora, sabendo-se que os concursos para vínculo a termo não têm o mesmo rigor do que os concursos para trabalho efectivo, a situação atrás relatada deixava-o bastante preocupado;
- A percentagem elevada de aquisição de serviços, espelhada no exemplo que se passa a descrever: na DIDA (Divisão de Informação, Documentação e Atendimento) consumiram-se, em 1993, 5.700 cts, enquanto que para 2001 estão previstos 66.000 cts.

Constando na certidão deste ponto um conjunto de declarações de voto dos eleitos da CMÉ, o Sr. José Figueira participou que uma delas (a do Vereador José Ernesto Oliveira) lhe tinha suscitado alguma perplexidade, porque verificou que o mencionado autarca fez comparações entre receitas de capital, depois, mais à frente, só fala em receitas (de capital e correntes), acabando por as cotejar com orçamentos, sendo pena que ele não estivesse presente para



esclarecer o porquê de a análise não ser feita sempre sobre os mesmos critérios. Face a isto, solicitou ao Executivo que elucidasse a situação e que, se possível, avançasse com alguns números em relação ao que estava previsto vir para o concelho de Évora, não só no âmbito do PIDDAC mas também no contexto do QCA, com referência aos períodos de tempo focados, para se ficar a saber, em concreto, o que é que o Município usufruirá. Caso a Vereação não dispusesse dos dados, alvitrou que numa próxima reunião se procedesse em conformidade.

Mudando de tema, passou a ler o 3º parágrafo da pág. 6 do P. A., no qual se escreve: « A vocação natural de Évora para se assumir como pólo regional não pode deixar de ser potenciado no contexto de eliminação de fronteiras dentro da Europa Comunitária. Se Badajoz pretende posicionar-se como uma cidade de grande dimensão no vasto espaço da extremadura espanhola e mesmo do Alentejo, Évora tem todas as condições para se afirmar pela qualidade da sua vida cultural, do seu ambiente qualificado, pelo seu valor histórico e patrimonial, por uma dinâmica assente numa forte identidade.....». Este arazoado levou-o a interrogar: “*Abandonou-se o posicionamento de Évora em relação à região do Alentejo*” ? “*Deixa-se para a de Badajoz*” ? “*Penso que não é isso que está no Plano Estratégico que foi aprovado em meados da década que está a terminar e julgo que Évora sempre, em todos os seus documentos, se mostrou solidário com a sua própria região*”, proferiu.

Para terminar, fez alusão ao facto de a Sra. D. Maria do Céu Ramos ter dito «há uma preocupação, em termos de pilar de desenvolvimento, com a questão da actividade económica». Neste sentido, pediu à atrás designada eleita que fizesse um esforço de leitura, para verificar que na pág. 22 existe, neste momento, uma preocupação de parceria e de desenvolvimento da Câmara com os agentes económicos e com outras entidades, tanto assim que nela se diz que a edilidade pode avançar com projectos na área das empresas municipais, mistas e de direito privado:

- No sector dos transportes, com empresários;
- No ramo dos mercados, com empresários;
- No futuro mercado 1º de Maio, aponta-se também uma gestão com os ditos;
- Na distribuição do gás natural, uma parceria com os mesmos;
- No Parque de Feiras e Exposições, idem;
- Na habitação, propõe-se a criação duma empresa municipal para a produção de moradias;
- Na UNESUL, uma associação com empresários;
- No CIEA, idem;
- No NIA, igualmente.



Tudo isto significa que a CMÉ executa, largamente, as competências que lhe são atribuídas pelo art.º 28º da Lei nº 159/99.

O Sr. José Cardoso observou que o Plano de Actividades era uma proposta que não tinha qualquer correspondência com uma realização possível ou, até, desejável, não passando mais do que um rol de intenções. Assim, noticiou que o PS se iria abster na votação. “*E porquê*” (inquiriu) ? “*Porque não quer que a Administração Municipal diga, no final do ano, que não efectuou toda uma série de obras por falta de autorização do mesmo. Mais, a Câmara teve o cuidado de colocar nessa lista de obras, todas aquelas que o Partido Socialista previa, no seu programa eleitoral, para 4 anos. Queremos que as façam, visto que para nós é indiferente que o Executivo governe com as nossas ideias*”, respondeu.

Reportando-se à intervenção da Sra. D. Maria do Céu Ramos, o Sr. Celino Silva afirmou ter detectado nela algumas contradições, a saber: **Primeiro** – Disse que «.....o Plano revela um esforço de inteligência, por parte do Executivo, da forma como está elaborado.....», mas, entretanto, asseverou que «.....é uma mera descrição avulsa e de um conjunto de projectos de intenções.....»; **Segundo** – Comentou que «.....não aparecem propostas inovadoras.....», só que mais à frente declarou que «.....o Plano tem boas pistas de inovação.....».

No tocante à actividade municipal relacionada com a base económica, acentuou ter concluído que o Plano, ao nível das intenções, tem cerca de 1.000.000 cts para investimentos, que é uma das 4 vertentes constantes no Plano Estratégico e Económico do Concelho, aprovado há 4/5 anos.

A propósito de se ter falado em parcerias e tendo em mente as críticas formuladas à gestão da CMÉ ao longo dos últimos 25 anos, lembrou que as associações começaram a surgir a partir da actividade académica e das universidades, para as quais o PCP desenvolveu um grande esforço de fazer participar todos os agentes económicos e as populações organizadas ou não, que têm sido dados factuais comprovativos dum trabalho realizado em conjunto, em diversas áreas.

Em virtude de alguns eleitos do PS terem apelidado o Plano de irrealista, recordou, também, que ninguém acusou a Câmara de tal quando planeou, num contexto muito difícil, um investimento de 4.000.000 cts para as grandes variantes da cidade, que foram efectuadas no âmbito do II Q.C.A..

Quanto à beneficiação do centro histórico em detrimento do resto da cidade, argumentou que ao ler-se o Orçamento e sem manipular os números, se podia apurar que a zona extra-muros tem 56% de intenções de investimento, enquanto que para dentro da urbe estão calculados 41%, cabendo às freguesias rurais o restante, não deixando de frisar que o Executivo não



poderia fugir deste tipo de actuação, tendo em conta, por um lado, as necessidades que há e, por outro, a existência de programas específicos relacionados com o desenvolvimento da cidade (o PROCOM e o Fundo de Turismo).

Sobre a juventude, confirmou o cálculo directo de 12.000 cts para este sector, mas fez ver terem sido orçamentadas outras verbas de carácter indirecto que poderão influenciar fortemente o dito, nomeadamente a atribuição de subsídios orientados para as actividades juvenis de ocupação de tempos livres, desportivas e outras, quer na cidade quer nas freguesias rurais.

O Sr. António Serrenho lembrou ter feito nesta Assembleia, há um ano atrás, uma dissertação onde vincou o entendimento da Junta da Senhora da Saúde quanto à acção que a Câmara deveria tomar em prol da freguesia, no tocante às pequenas/grandes obras que havia necessidade de levar a cabo, cuja perspectiva foi transmitida à Vereação. Esta levou isso em conta, dado que respeitou o levantamento realizado pela supracitada, na qual constavam projectos de natureza estrutural, reflectidos neste P.A. e Orçamento. Nesta conformidade, expressou, de forma clara e inequívoca, o apoio da Junta aos mencionados documentos.

Tendo sido iniciada, há três anos, a renovação urbanística da rua 4 de Outubro, sita no bairro dos Canaviais, e não se prevendo a sua conclusão neste P. A., o Sr. Estevão Bicho inquiriu ao Executivo se ainda era possível inserir no mesmo tal objectivo.

De imediato e na sequência de se ter falado em injustiça na distribuição de verbas pelas juntas de freguesia, questionou: *“Realmente quem as faz” ? “Não será uma iniquidade a própria lei que existe para a atribuição de numerário do O.G.E. para as autarquias” ? “Quantas vezes é que já ouvi alguém insurgir-se contra isso” ? “Eu não procuro fazer comparação com aquilo que cada junta recebe, porque todas têm necessidades, umas mais que outras, certamente. Limito-me, sempre que possível, a verificar se aquilo que aufero se chega ou não para as precisões da Freguesia de Canaviais. Os valores que estão inscritos neste Orçamento para a Freguesia de Canaviais são muito mais do que os 72.500 cts focados pelo Sr. Alferes. E com certeza que ele não reparou que alguns deles estão lá descritos e ultrapassam o referido montante. Por tudo isto, direi que são um P. A. e um Orçamento audaciosos e se forem cumpridos na sua maioria, leva-me a contribuir para que vote positivamente neles”,* citou.

O Sr. António Foito exprimiu que esta sessão estava a ser bastante rica, não só pelas informações dadas sobre o futuro do concelho, mas também pelas revelações feitas acerca das insistências que têm sido levadas a cabo junto dos senhores ministros para que venham os meios que possibilitem o cumprimento do Plano.

Logo após, pronunciou que esperava ter ouvido palavras de indignação, por parte das outras correntes políticas, sobre o pormenor que o Vereador J. Pinto acabara de relatar, em que o



Governo pretende depender o financiamento de importantes investimentos (as ETAR's de Évora e de Valverde) da privatização da água (considerou isto um escândalo).

Adiante fez notar que a falta de apoio do Executivo Central ao Município de Évora para a concretização de grandes projectos, caso das variantes, do Parque de Feiras e Exposições, dos parques urbanos, etc., vai continuar a tramar a sua população, não os eleitos.

Por último citou: *“Este não é um Plano de entrega de bens públicos a meia dúzia de famílias capitalistas. É um documento com propostas concretas e que contempla grandes projectos estruturantes para o futuro deste concelho. E isto agrada-me”*.

Em virtude de o Dr. Abílio Fernandes ter referido que foram consultados os 15 serviços técnicos da Câmara para a elaboração dos documentos em análise, o Sr. João Ricardo achou isso correcto, não deixando porém de vincar que consideraria muito mais positivo se os eleitos das Juntas tivessem sido também auscultados, porque isso poderia contribuir para enriquecê-los e para se dar melhor resposta às prioridades das freguesias rurais, tanto assim que não via neles nenhuma das pretensões da J. F. de S. Bento do Mato, que foram enviadas em devido tempo, por escrito, à Vereação.

Outra coisa que o Sr. Presidente da edilidade disse foi que o concelho tem evoluído por ciclos, com cuja afirmação concordava. *“Só que enquanto houver locais, no Município, que não os acompanham, o mesmo fica sempre prejudicado. Se nós verificarmos que em todas as freguesias rurais ainda existem necessidades que deveriam ter sido satisfeitas no 1º ciclo, ao nível do saneamento básico e dos arruamentos, constatamos que há um desenvolvimento a duas ou três velocidades. Na Freguesia de Azaruja isto acontece, pois que continuamos a ver estradas ou ruas em piso térreo, onde moram centenas de pessoas. O cemitério precisa de ser ampliado. Estas obras não estão previstas no P. A. e no Orçamento”*, declarou.

Quanto ao assunto da repartição de verbas pelas freguesias rurais, focado pelo Sr. E. Bicho, manifestou concordar com o seu ponto de vista, acrescentando que, no fundo, os problemas de todos são iguais ou muito parecidos.

Para finalizar e tendo em conta que viu no Plano a construção de um reservatório de 400 m<sup>3</sup> na acima mencionada localidade, supostamente para armazenamento de água, explicitou que o mesmo já estava erigido, pelo que solicitou esclarecimentos à Vereação sobre a matéria.

Voltando a usar da palavra, o Sr. Acácio Alferes, tendo presente que o Sr. Celino tinha feito a comparação entre o litoral e o interior do país, opinou que neste concelho a situação é semelhante, dado que as condições de vida das freguesias rurais são algo inferiores às da cidade. E até a maneira como se olha para a resolução dos problemas das primeiras não é nada



igual à forma como se solucionam as questões das segundas. Exemplificando, avançou com os seguintes números:

- Para a Divisão Sócio-Educativa prevê-se um investimento de 5.000 cts, enquanto que para todas as freguesias rurais calcularam-se apenas 8.000 cts;
- No sector da Administração Urbanística, orçamentou-se zero, excluindo a Freguesia de Canaviais.

Já que falara na Freguesia atrás descrita e tendo em conta a observação formulada pelo Sr. E. Bicho, chamou-lhe à atenção para a realidade de ter falado em aplicação em infra-estruturas urbanas/rurais e não em todo o investimento.

Aflorando as teses expostas pelo Sr. A. Foito, no respeitante à privatização da água, evidenciou que se a Assembleia olhasse bem para o Orçamento facilmente concluiria que a venda do precioso líquido dará para pagar todas as Despesas de Exploração do sector e do saneamento e cerca de 90% dos gastos com aplicações, não havendo, praticamente, no seu entender, nenhuma empresa privada que tenha um coeficiente de auto-financiamento desta ordem de grandeza.

Retorquindo à alocação do Sr. Celino, a Sra. D. Maria do Céu Ramos fez questão de explicar o alcance das suas anteriores palavras, dizendo que houve um esforço, por parte da edilidade, em aproveitar a seu favor as regras administrativas que condicionaram a organização do Orçamento, como, por exemplo, a diminuta transferência de dinheiros do OGE para as autarquias, a insuficiência dos recursos do QCA ou a ausência de dinamismo das entidades locais, cujos argumentos foram usados para justificar, na introdução, «o imprescindível inflacionamento do Plano de Actividades e do Orçamento». À parte disto, classificou, com a maior sinceridade, o Plano de muito melhor em relação aos dos anos transactos, apesar de nada nele ser novo.

No que concerne aos reparos sobre a «falta de propostas inovadoras», por um lado, e ao facto de o P. A. possuir «boas pistas de inovação», por outro, reafirmou esta segunda tese, dando como exemplo o projecto Évora Digital, sendo de seu parecer que não passa de uma boa pista. *“Tudo o que aqui se diz é fantástico como potencial, mas tudo isto tem que trazer à cidade muito mais do que cabos de fibra óptica. Tem que trazer inteligência e dinamismo empresarial, porque senão a massa crítica não continuará a existir”*, asseverou adiante.

Com respeito à conclusão extraída do Plano pelo Sr. Celino, com respeito à actividade municipal relacionada com a base económica, confirmou a inscrição de 988.000 cts para o efeito, não deixando de acrescentar: *“mas que leitura política se pode fazer disto, quando se põem 1.400.000 cts para o «aparelho da CMÉ.» (os computadores, as cadeiras, as mesas, etc.).*



No capítulo das parcerias, comentou: “Aleluia ! Ao fim de 25 anos, em que esta autarquia é gerida pelo PCP, ainda bem que elas sucedem. É pena é que algumas sejam falhadas, porque a UNESUL hoje não é senão um imóvel que se vai comprar, visto que a mesma, no âmbito do processo de recuperação, detém um património que a Câmara, em salvaguarda dum interesse potencial e futuro da urbe, vai adquirir, ficando, durante 5 anos, com 20% das receitas que aquilo for capaz de criar”. “ Qual é o ponto da situação do CIEA” (perguntou) ? “Qual foi a utilidade desta associação” (idem) ? “Se, por um lado, eu me congratulo que a edilidade tenha aprendido que é necessário abrir-se à sociedade, lamento, por outro, que muitas dessas parcerias não tenham sido aquilo que a cidade esperava delas”, mencionou.

Mais à frente cingiu-se à parte do Plano que fala na promoção da solidariedade e integração social, considerando «ridícula» a quantia calculada para o efeito (55.000 cts). “Como é que se pode fomentar esta área com tão pouco numerário quando nós sabemos que a exclusão social cresce” (inquiriu) ? “Subsídios não são e esmolas espero que não sejam” (respondeu).

Por fim aflorou uma parte do discurso do Sr. Celino, na qual declarou que “*não podíamos deixar de aproveitar a oportunidade do PROCOM e do Fundo de Turismo para fazer projectos que são necessários ao centro histórico*”. Esta frase mereceu o seu acordo, mas, reiterando a última intervenção do Sr. Alferes, salientou que se continua a investir intramuros, porque esta parte da urbe é o seu emblema político. “*A realidade vivencial de Évora está nos bairros e nas freguesias rurais. Enquanto o concelho não for visto como um todo, haverá sempre razão para críticas como aquelas que aqui foram feitas*”, destacou.

“*Com respeito aos documentos em debate, irei votá-los positivamente, sem complexos e sem obrigações políticas. Acho que o P. A. e o Orçamento para 2001 são mais equilibrados e de grande importância para o futuro. Dou o benefício da dúvida à Câmara que, melhor do que nós, tem bases e estudos que nos ultrapassam.*”

Convido os eleitos da A. M. a fazerem, no próximo ano, uma visita a cada freguesia, para não se iludirem com números e para verem em concreto as suas precisões. Penso que nenhuma Junta estará conformada com as verbas atribuídas, mas ninguém terá dúvidas que algumas delas terão acesso, directa ou indirectamente, a canais financeiros e a serviços governamentais, originando desigualdades inaceitáveis”, enunciou o Sr. José Piteira seguidamente.

Recordando que no seu anterior depoimento referira, como comentário geral, que o Plano apresentado é demasiado ambicioso e dependente de variáveis não controláveis pelo Executivo, o Sr. António Serrano assegurou não se ter tratado de uma crítica, mas sim de uma constatação que não pretendia ser depreciativa, sendo de seu pensamento que a supracitada



aspiração deveria ser claramente assumida, cujo gesto defenderia a Administração Municipal e elucidaria muito melhor esta Assembleia.

Depois comunicou que não tinha qualquer problema em reconhecer os erros cometidos pelo Partido Socialista no que concernia ao funcionamento dos fundos comunitários, disponibilizando-se para participar numa discussão sobre o assunto.

Contrapondo à 2ª dissertação da Sra. D. Maria do Céu Ramos, quando aludiu que «a CMÉ fez um esforço de inteligência e que este era sinónimo de mistificação política e financeira», o Sr. José Figueira fez notar que a alínea c) do art.º 8º da Lei nº 86/99 enumera, com respeito às autarquias locais, que: «É competência do Tribunal de Contas fiscalizar previamente a legalidade e a cobertura orçamental dos documentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades».

Paralelamente, fez saber que a edilidade elaborou o P. A. e o Orçamento já baseados no Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local, que só irá entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 2002, o qual obriga a que sejam identificados, rúbrica a rúbrica, todos os projectos, não podendo ser apresentados em pacote. Também era preciso ter em conta, justificou, que as novas regras do QCA exigem que os projectos sejam considerados nos planos de actividades dos municípios. Assim, opinou que se estava perante uma situação que dificilmente qualquer município conseguirá ultrapassar, para mais havendo aspectos contraditórios: se, por um lado, o POCAL estabelece que só possam ser considerados os programas e as medidas que, à partida, haja garantia de serem financiados, o QCA diz, por outro, que os atrás designados não podem ser apoiados se não constarem no plano de actividades e no orçamento.

Face ao explanado questionou: “A isto chama-se mistificação” ? “Acho que não. Isto é realismo perante uma legislação que as autarquias não criaram”, respondeu.

Quanto à base económica sustentável, expressou que, infelizmente, uma das pechas que temos na nossa região é a falta de dinamismo das associações empresariais, sendo de sua ideia que o contributo da CMÉ está a dar, ao nível das infra-estruturas e das parcerias com empresários, no sentido de ajudar ao desenvolvimento económico e social, é muito superior àquilo que a lei ordena. Se os municípios se pusessem na posição de cumprirem com o determinado pela legislação, então a situação era muito pior.

Em virtude de a acima designada autarca ter criticado o planeamento de 55.000 cts para a vertente da acção social, o Sr. J. Figueira pediu-lhe que lesse o teor do art.º 23º do Decreto-Lei nº 159/99, para verificar que as autarquias fazem muito mais do que os poderes que lhes são atribuídos, não se podendo avaliar as coisas só pelos valores mencionados, pois que há outras acções, de carácter directo ou indirecto, que contribuem para o bem estar das populações, como sejam os casos da construção de centros de dia, lares de terceira idade, creches, jardins de infância, etc.. Até porque os programas nacionais de intervenção neste



campo (luta contra a pobreza e luta contra a toxicodependência, por exemplo) são dirigidos centralmente, em que as câmaras são simplesmente chamadas em termos de se associarem aos mesmos.

Sobre os casos da UNESUL e do CIEA, avançou também com o nome da SODERA, cujas experiências foram extremamente negativas para a região do Alentejo, não se podendo atribuir responsabilidades à Câmara por tal, dado que não as gere. “*Porque é que UNESUL, o CIEA e a SODERA falharam*” (perguntou) ? “Porque nós não temos em algumas áreas uma filosofia de parceria sem estarmos a ver o nosso interesse próprio”, respondeu.

Pegando ainda na questão da racionalidade do Plano e a propósito de a Sra. D. Maria do Céu Ramos lhe ter chamado mistificação política e financeira, o Sr. Celino Silva advogou que a observação produzida não fazia sentido, porque a forma e as condicionantes do documento não estavam desligadas do seu conteúdo.

Adiante, reportou-se à parte da alocução da mencionada eleita sobre o projecto Évora Digital (“.....*senão a massa crítica não continuará a existir*”), defendeu que a edibilidade não tem condições para criar uma base económica sustentável dentro do concelho, pode é ajudar, ao nível da qualidade urbana e das medidas relacionadas com as zonas industriais, a..... . Tanto assim, que não é a autarquia que funda uma universidade ou um pólo tecnológico por si própria, frisou.

Acerca de a Câmara ter aprendido a abrir-se à sociedade, argumentou apenas que o PCP tomou tal atitude desde há muitos anos.

Com referência à frase formulada «*nós insurgimo-nos todos contra a litoralização do país*», o Sr. Celino perguntou: “*Todos*” ? “*É que uma coisa é dizer-se isto e outra coisa é dar apoio e defender, na prática, medidas que vão agravar a litoralização da nação. Portanto, é preciso ser-se coerente com as atitudes*”, proferiu.

Quanto ao pormenor de se privilegiar o centro histórico, não aceitou, mais uma vez, a crítica e alertou para o facto de se levantar o velho problema de se poder ser «preso por ter cão e por não ter», visto que se se tirasse do P. A., por um lado, determinado tipo de linhas de financiamento destinadas a apoiar o desenvolvimento da cidade, como é que se tirariam, por outro, as consequências de a urbe ser classificada património da humanidade. Face a isto, sugeriu que a oposição fizesse propostas alternativas para o efeito, não deixando de realçar que os ritmos de desenvolvimento das zonas rurais também dependem de políticas nacionais que conduzem ao abandono das freguesias por parte da juventude.

Dispondo-se a abordar as questões levantadas, o Vereador Jorge Pinto começou por fazê-lo relativamente à parte do discurso da Sra. D. Maria do Céu Ramos sobre o cálculo de 55.000



cts para a promoção da solidariedade e integração social, esclarecendo que só aparecem no Plano os investimentos, estando concentradas nas despesas correntes verbas destinadas à política do sector, não de podendo esquecer que a CMÉ foi a mentora de uma associação de candidatura ao Programa de Luta Contra a Pobreza, para beneficiar 3 freguesias urbanas (Malagueira, Sra. da Saúde e Horta das Figueiras) com enormes problemas de exclusão social, na ordem dos 123.000 cts. A Freguesia de S. Sebastião da Giesteira, que não tem um único desempregado, foi contemplada com 108.000 cts (retorquiu assim ao apontamento da Sra. D. Maria Gabriela) e a Associação de S. Miguel de Machede foi favorecida com 77.000 cts. Mas hoje mesmo a autarquia, em conjunto com a Associação de Freguesias e a organização TRILHO, concorreram ao designado programa, a fim de as demais freguesias poderem também ser contempladas, salientou.

Cingindo-se à sua 1ª alocução, fez ver que se enganara quando especificou que a totalidade dos investimentos a levar a cabo nas freguesias rurais ascenderão a 400.000 cts, uma vez que eles irão atingir sim os 560.000 cts, aos quais havia a juntar os seguintes montantes:

- 140.000 cts de transferências;
- e 150.000 cts de aprovisionamento de materiais (todos para realizar trabalhos nas supracitadas).

Respondendo ao Sr. João Ricardo, adiantou que dos mencionados 560.000 cts, 50.000 serão aplicados em Azaruja, no NIA, tendo depois aproveitado a oportunidade para lhe explicar que era necessário edificar um outro depósito, que custará perto de 35.000 cts, para que todo o parque funcione.

De imediato aflorou a dissertação do Sr. Serrano, quando classificou o Orçamento de muito ambicioso e subordinado a uma série de variáveis dependentes de financiamentos, tendo avançado com os exemplos que a seguir se descrevem para justificar que as intervenções da Câmara decorrem, mesmo aguardando apoios:

- Para o aeródromo, foi apresentada a candidatura e não se sabe o resultado, mas a obra está em marcha;
- O parque de recreio das Corunheiras está aprovado e o projecto está em execução;
- Para requalificação do bairro Garcia de Resende, o concurso ainda não foi feito mas a obra já está em andamento;
- O Plano Municipal de Resíduos Sólidos, que só no centro histórico aponta para um investimento de cerca de 140.000 cts de contentores enterrados, já se iniciou;
- O aterro sanitário distrital está em marcha;
- Os trabalhos do PROCOM já começaram;



- A remodelação do mercado 1º de Maio está a andar;
- O parque de estacionamento da Praça Joaquim António d'Aguiar está em execução;
- O arranjo da estrada de S. Vicente de Valongo já começou;
- O programa pólis está concursado;
- A estrada de Valverde/Guadalupe está candidatada e a obra vai começar, por administração directa, no 1º trimestre de 2001, etc., etc..

Sobre as palavras proferidas pelo Sr. A. Alferes, correspondentes ao preço da água, garantiu que tal não era verdade, tendo feito questão de avançar com um exemplo para que os presentes ficassem com a noção do que é que é a política de privatização da água, que o Governo está a implementar: no distrito de Portalegre, alguns presidentes de câmara, em reunião havida com o Sr. Ministro, aderiram ao projecto em causa, através de um sistema multi-municipal. O decreto-lei de fundação da empresa foi publicado no Diário da República no dia seguinte. Só que, mais tarde, os municípios aperceberam-se que existia a condição de que vão ter que pagar o precioso líquido na entrada do depósito, a 79\$00 no primeiro ano e a 90\$00 no derradeiro, sendo certo que o custo do dito em alta representa 60% do preço final, depois da distribuição.

Por seu turno, o Vereador Almeida Henriques clarificou que o P. A. foi não só trabalhado, de uma forma exaustiva, em conjunto com os serviços, mas também em colaboração com os presidentes de junta, porque, para a Administração Municipal, tudo o que foram as reuniões, as visitas às freguesias e os contactos que a equipa técnica realizou, no âmbito da revisão dos instrumentos de planeamento, com todos os atrás mencionados, contribuíram para materializar a proposta final, não deixando de achar legítimo que os ditos autarcas considerassem insuficientes os meios com que serão municiados. Simplesmente isso não queria dizer, no quadro de prioridades de investimento e para se obterem as tais justiça e equidade, que as «fatias do bolo» tivessem que ser iguais para todos.

Posteriormente quis tranquilizar a Assembleia no seguinte aspecto: se a Administração Central der à Câmara os meios financeiros para se concretizarem alguns projectos, eles não terão nenhuma dificuldade de efectuação, para mais tendo a edilidade assumido, no concurso, não só os custos mas também o calendário de execução.

Mais à frente, cingindo-se ao depoimento da Sra. D. Maria Gabriela, explicou que, neste mandato, foi inaugurada a Estação de Tratamento de Águas Residuais de S. Sebastião da Giesteira, para além de se ter feito a ligação da água aos Castelos e a pavimentação de arruamentos.



No contexto da juventude, acentuou que os investimentos a levar a cabo nesta área estão repartidos por muitas rúbricas, estando consubstanciados, nomeadamente, em sete equipamentos culturais e de animação sócio-educativa (Fábrica da Música, por exemplo).

Quanto às críticas formuladas pelo Sr. A. Alferes, no que concerne à aquisição excessiva de serviços ao exterior, que agravam, supostamente, as despesas correntes, em termos de pessoal, explicou que o quadro de contratualização celebrado com a Universidade de Évora, tanto ao nível da participação no estudo da caracterização bio-física do território, em matéria de revisão do PDM, como no capítulo daquilo que está a ser feito com o seu Departamento de História ou de Arqueologia, conduz inevitavelmente a isso, para benefício da cidade e da região, devendo isso ser encarado como investimentos e não como encargos correntes.

Com respeito às interrogações produzidas pelo Sr. J. Figueira, no tocante ao 3º parágrafo da pág. 6 do Plano, fez notar que se poderia tratar de um problema de redacção, pretendendo-se apenas dizer que Évora deve continuar a assumir as suas responsabilidades como pólo regional sem nunca abandonar a sua proposta política. Simultaneamente, chama-se a atenção para a força que Badajoz representa, no campo económico, por estar inserida no eixo Madrid/Lisboa, cuja circunstância vai gerar grande pressão sobre Évora.

Ainda acerca dos 7 grandes projectos estruturantes que estão em andamento, o Sr. Presidente da CMÉ adiantou que era preciso ter a noção da sua grandeza, pois que quando o Executivo fala na transformação do Rossio numa grande praça, isso significa que se vai criar, em toda a urbe, uma nova centralidade, porque, decorrente disso, toda a sua vida vai começar a modificar-se.

Também quando se classifica a via de cintura como tal, é porque esta não vai servir só para os carros passarem e para desafogar o trânsito, dado que a mesma acarreta na sua concepção uma nova estrutura arquitectónica que vai preencher o vazio actualmente existente entre os bairros e a cidade, acentuou.

Depois especificou que o Parque de Feiras e Actividades Económicas não representará apenas a passagem da Feira de S. João para um novo espaço, mas sim a construção de um moderno complexo onde irá imperar a inovação, fazendo parte dele um pavilhão multi-usos destinado a várias actividades (culturais, económicas e desportivas). Sobre este assunto comentou a seguir: *“diz a D. Maria do Céu Ramos que já se fala nisto há muito tempo. Sabe, o nosso defeito é que conversamos com a população durante um longo período e depois realizamos aquilo que discutimos e prometemos às pessoas. Enquanto que na sua filosofia de gestão é o imediato. Só se fala e faz-se. Não se debate, não se planeia e não se fazem as economias de escala ao longo do tempo. E isto é que é um erro de administração”*.

Acerca das censuras formuladas de que o P. A. não passa de um projecto de intenções, interrogou: *“Mas então faz-se uma acusação e não se prova” ? “Porque é que é de*



*intenções” ? Porque é que não se executa” ? “Alguns dos senhores pode aqui dizer que os projectos não se podem cumprir” ? “Em primeiro lugar, estão no Plano de Urbanização. Em segundo lugar, os terrenos estão em negociação” (respondeu). “Qual é o projecto, de todos os que aqui estão, que não está em marcha (perguntou) ? “Então o que é que falta para efectuar” (idem) ? “Falta dinheiro” (exclamou) ! “A única parte onde podem surgir dificuldades é na participação financeira que se exige à CMÉ, os tais 25%. Só que a edilidade tem possibilidade de contrair empréstimos que não façam parte da capacidade de endividamento, desde que não sejam projectos financiados pelos fundos comunitários”, esclareceu.*

Constatando a inexistência de mais inscrições para debate, o Sr. Presidente colocou o 4º ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, três contra e sete abstenções.

Declaração de voto do Sr. José Cardoso: “*O Partido Socialista abstem-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2001, por duas ordens de razões: **Primeiro** – O não cumprimento do P. A., por parte da CMÉ, não pode ser imputado ao PS, sendo o ónus do seu eventual não cumprimento apenas imputável a quem governa o Município; **Segundo** – Pelo facto de muitas das propostas apresentadas fazerem parte do programa que o PS apresentou ao eleitorado e que pretende ver executadas, qualquer que seja o executivo camarário. Estas circunstâncias aconselham como voto mais responsável e coerente a abstenção, dado que não se pretende obstaculizar o funcionamento da Administração Municipal”.*

Entretanto, a Sra. D. Maria do Céu Ramos perguntou à Mesa se a comunicação social tinha sido convidada para estar presente nesta sessão, tendo em conta a importância das matérias em agenda.

O Sr. Presidente clarificou que algumas rádios e alguns jornais são sempre informados da efectuação das reuniões.

Então, a Sra. D. Maria do Céu Ramos lamentou o desinteresse da comunicação social pela vida do município.



Face ao adiantado da hora, o Sr. António Foito propôs que se protelasse a discussão dos restantes pontos para a primeira quinzena de 2001, marcando-se uma reunião extraordinária para o efeito.

O Sr. Presidente transmitiu que já tinham surgido vários sinais nesse sentido, não deixando, porém, de alertar para o facto de a Vereação ter feito sentir a necessidade de se analisarem e votarem, hoje, os pontos **5** e **6**, de modo a evitar complicações nas matérias em apreço.

Posta esta questão à ponderação do plenário, o mesmo não se manifestou contra a ideia, pelo que a sessão continuou com a discussão do 5º ponto.

## **PONTO 5 – TABELA DE TAXAS, TARIFAS E LICENCIAMENTOS**

O Vereador Jorge Pinto informou que a proposta global de actualização da Tabela em epígrafe, para 2001, se cifrava nos 3%.

Simultaneamente fez saber que a Vereação possuía uma preocupação referente ao teor da Lei nº 150/99, pois que o Governo, de uma forma completamente injusta, passou a fazer recair sobre as taxas, não sujeitas a IVA, um imposto de selo do valor mínimo de 600\$00, querendo isto dizer que qualquer cidadão que mande tirar uma certidão terá que pagar 80\$00 de taxa e mais a mencionada cifra para os cofres do Ministério das Finanças.

O Sr. Acácio Alferes revelou ter feito, o ano passado, um estudo comparativo sobre as taxas praticadas nos municípios de Reguengos, Montemor-O-Novo e Évora, tendo concluído que as desta cidade são, normalmente, superiores.

Logo após, voltou a aflorar o tema do preço da água, reiterando que as respectivas receitas darão para pagar todas as despesas de exploração do sector e do saneamento e de 90% dos encargos com investimentos, acrescentando seguidamente: *“o que se está a fazer nesta Câmara é aproximar os que consomem menos (até 3m<sup>3</sup>) daqueles que gastam mais (entre 12m<sup>3</sup> e 14 m<sup>3</sup>, por exemplo), dado que os primeiros têm vindo a sofrer aumentos sucessivos desde 1999, que ascenderão a 10,9% no próximo exercício, coisa que não tem acontecido aos segundos”*.



Mais à frente declarou que não compreendia a razão de se terem aumentado as seguintes licenças:

- dos cães, em 74,5% (100 cts);
- do armazenamento do peixe fresco no mercado (muito superior à média);
- dos mercados e feiras, mais de 3% (100 cts).

Perante o explanado, anunciou que o Partido Socialista se iria abster na votação do documento.

Respondendo ao apontamento do orador antecedente, o Vereador Jorge Pinto elucidou que o aumento da água, no 1º escalão, não iria ser de 0 a 3 mas sim de 0 a 5, significando uma valorização máxima de 15\$00/mês, tendo em conta que a mesma têm um preço médio de 160\$00/m<sup>3</sup>.

De qualquer forma, fez-lhe ver que iria ter oportunidade de apreciar, na próxima sessão ordinária da AM, a levar a efeito no mês de Fevereiro/2001, um importante documento sobre política social, para se poder inteirar de toda a informação que a edilidade dispõe sobre a matéria.

Com respeito à licença dos cães, clarificou que o Sr. Alferes não tinha lido tudo e não prestara a devida atenção aos papéis, porque:

1º - Os 100 cts correspondiam a uma verba residual de receita, visto que quase todas as juntas de freguesia aceitaram a descentralização da acima designada, cabendo-lhes auferi-la;

2º - A valorização de 74,5% não foi por vontade da Câmara. É que a lei define que as penalizações relativas aos canídeos apanhados na via pública têm que obedecer a 25% da respectiva taxa, pelo que a PSP (a quem compete accionar este mecanismo) via-se confrontada com coimas de 132\$50, revertendo 60% das mesmas para os cofres do Estado e o restante para a corporação, cujos montantes nem sequer chegavam para pagar as despesas de expediente com os processos. Assim, a referida Instituição pediu a reformulação da licença em causa.

Ainda no âmbito do assunto atrás exposto, o Sr. Lino de Carvalho fez notar ao Sr. A. Alferes que a CDU sugeriu, na Assembleia da República, aquando da discussão do OGE para 2001, a alteração do Código do Imposto de Selo, na parte em questão, por entender que não faz



sentido ser a respectiva taxa superior à licença dos cães, cuja proposta não mereceu o voto favorável do PS.

Por último, transmitiu que tinha reservas quanto aos critérios que o Município estava a seguir para incrementar os preços dos escalões mais baixos do consumo da água, considerando tratar-se de um agravamento do seu custo para os cidadãos que menos gastam, que em princípio serão os mais carenciados.

Respondendo à derradeira observação do Sr. Lino de Carvalho, o Sr. Presidente da Câmara explicou que se estão a aumentar os escalões mais baixos, porque se vai implementar um sistema de bonificações para as camadas mais desfavorecidas, criando-se, assim, as condições para uma aproximação do valor mais real.

Como nenhum dos presentes desejou continuar a debater o 5º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e dez abstenções.

## **PONTO 6 – VARIANTE À ESTRADA NACIONAL 18 / RAMO NORTE – RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA BEM COMO O CARÁCTER DE URGÊNCIA E EXPROPRIAÇÃO**

O Vereador Almeida Henriques explicitou que a CMÉ requeria a Declaração de Utilidade Pública visando a expropriação dos terrenos necessários à construção da variante à EN 18 – Ramo Norte (troço) – via de cintura, sector norte, ligação entre a variante à EN 18 (ramo norte) e as Portas de Aviz, bem como os terrenos circundantes destinados à execução das edificações, sendo a Assembleia Municipal a entidade competente para o efeito, nos termos do art.º 14º, nº 2, do Código das Expropriações, uma vez que se estava perante uma iniciativa da Autarquia com vista à concretização do Plano de Urbanização da Cidade de Évora.

O Sr. Acácio Alferes comunicou não ter recebido a planta anexa à certidão, prontificando-se a passar pelas instalações da Assembleia para a obter.



Finalizado este depoimento, o Sr. Presidente colocou o 6º ponto da agenda à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Dado o adiantado da hora e o natural cansaço de todo os membros da Assembleia, às 02,45 horas do dia 2000-12-30, havendo ainda 6 pontos da ordem do dia para debater, foi deliberado, por consenso, suspender os trabalhos e promover a convocatória de uma sessão extraordinária para o dia 2001-01-12, para cumprimento integral da agenda desta reunião.

## **APROVAÇÃO EM MINUTA**

O colectivo deliberou aprovar em minuta, por unanimidade, os pontos 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos da presente acta, conforme o disposto no nº 1 do art.º 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Não querendo a assistência fazer uso da palavra, o Sr. Presidente deu por terminada a sessão.

Para constar, lavrou-se esta acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** - José Ferreira Nunes Bizarro

**1º Secretário** - Diamantino José Dias

**2º Secretário** - António Joaquim Rodeia Serrenho

**(Acta aprovada, na sessão de 11/05/01, por maioria, com 2 abstenções)**